

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0501087-18.2017.8.05.0229 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: e outros (3) Advogado (s): , APELADO: Ministério Público do Estado da Bahia e outros Advogado (s): EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE ENTORPECENTES E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E MUNIÇÕES DE USO PERMITIDO – ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006 E ART. 16º PARÁGRAFO ÚNICO, INC. IV, C/C ART 14, AMBOS DA LEI 10.826/2003 – ARGUIÇÃO PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO A DOSIMETRIA DA PENA – DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA – MÉRITO – MATERIALIDADE DELITIVA DEVIDAMENTE DEMONSTRADA ATRAVÉS DOS LAUDOS PROVISÓRIOS E DEFINITIVO – PROVA SEGURA DE AUTORIA – APELANTES PRESOS EM FLAGRANTE DELITO – PORTE DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E DE ARMA COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA, ALÉM DE DIVERSAS MUNIÇÕES – TESTEMUNHOS DOS AGENTES ESTATAIS QUE CORROBORAM A VERSÃO ACUSATÓRIA – NEGATIVA DE AUTORIA QUE SE MOSTRA COMO PROVA ISOLADA NO CADERNO PROCESSUAL – CAPITULAÇÃO QUE MERECE REFORMA – CIRCUNSTÂNCIAS DOS AUTOS QUE DENOTAM QUE A ARMA DE FOGO ERA EMPREGADA PARA ASSEGURAR A PRÁTICA DELITIVA – ABSORÇÃO DOS CRIMES DE PORTE DE ARMA DE FOGO PELA CAUSA DE AUMENTO DISPOSTA NO ART. 40, INC. IV, DA LEI 1.343/2006 – DOSIMETRIA – PENA BASILAR E PROVISÓRIA FIXADAS NO MÍNIMO LEGAL – INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO ESTABELECIDA NO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/2006 – PROPORCIONALIDADE DA REDUÇÃO ESTABELECIDA PELO JUÍZO PROCESSANTE – ELEVAÇÃO DA REPRIMENDA, POR FORÇA DA CIRCUNSTÂNCIA DISPOSTO NO ART. 40, INC. IV, DA LEI 11.343/2006, NO PATAMAR MÍNIMO – ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PARA O ABERTO – CONCESSÃO DO DIREITO DE AGUARDAR O TRÂNSITO EM JULGADO EM LIBERDADE – RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1 – Inicialmente, sustentam os Apelantes e haver nulidade processual, decorrente da ausência de fundamentação da sentença quanto à dosimetria da reprimenda, notadamente porque as sanções foram fixadas para todos os condenados no mesmo patamar. 2 – A prefacial não se sustenta. Isso porque, perlustrando-se os autos, verifica-se claramente que o comando sentencial se mostra bem motivado, esclarecendo o Juiz sentenciante os fundamentos do decisorio, não se podendo vislumbrar qualquer macula no comando judicial neste aspecto. O que se observa, em verdade, é que os Apelantes se insurgem quanto aos referidos fundamentos, declarando-os inidôneos para a majoração da pena na forma determinada. Ademais, segundo entendimento do STF, o juiz, ao fixar a duração da pena, não está obrigado a analisar, exaustivamente, cada uma das circunstâncias judiciais, bastando se fixar nas reputadas decisivas para a dosagem. 3 – Conforme se percebe da análise do comando sentencial, a pena basilar dos delitos de tráfico de drogas e porte de arma de fogo de uso permitido foram estabelecidas no mínimo legal, enquanto a elevação da sanção corporal atinente ao crime de porte de arma de fogo de uso restrito decorreu de circunstâncias de caráter não pessoal, vinculadas a todos os condenados, de modo que o vício efetivamente se verificaria, acaso o Juízo processante estabelecesse as penas de modo diverso para os inculpadados. Ainda que assim não o fosse, entendendo inviável a anulação da sentença condenatória em face de um suposto equívoco na dosimetria, considerando que a matéria contra a qual se insurge o Apelante pode e deve de ser apreciada quando do julgamento do recurso, permitindo, inclusive, a sua readequação, permanecendo válido o veredicto condenatório anterior. Pelo exposto, não acolho a preliminar. 4 – No mérito, pretendem todos os apelantes seja reconhecida a ausência de provas suficientes para a condenação, especialmente diante da ausência de elementos indicativos da autoria criminosa. No entanto, como visto, os

elementos de convicção angariados na seara inquisitorial são idôneos, tanto mais porque obedecidos os comandos legais para a apreensão das substâncias estupefacientes e das armas de fogo, bem como para efetivação da custódia flagrancial dos inculpadados. Narra a exordial acusatória que, no dia 07.04.2017, na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA, os denunciados foram flagrados por policiais civis, no momento em que estavam reunidos, praticando a comercialização de drogas e em poder de armas de fogo e munições, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, oportunidade em que, após confronto iniciado pelos denunciados, com troca de tiros, foram presos em flagrante delito pela guarnição policial. 5 – Destarte, da análise do caderno processual, tem-se que a materialidade delitiva, referente ao delito de tráfico de entorpecentes está devidamente comprovada através do Auto de Exibição e Apreensão (fl. 11) e Laudos de Constatação (fl. 27) e Pericial Definitivo (fl. 112), que informam a natureza e quantidade da substância entorpecente ilícita apreendida – 18 (dezoito) pinos de cocaína, com massa bruta de 14,20g (quatorze gramas e vinte centigramas) – enquadrada dentre as de uso proscrito no Brasil – Lista F1 da Portaria 344/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde, ora em vigor. Por outro lado, também demonstrada a potencialidade lesiva dos artefatos bélicos coletados no momento do flagrante 1 – Auto de Exibição e Apreensão (fl. 11) –, através do Laudo Pericial de fls. 208/209, indicativo da aptidão para produzirem disparos, bem como da supressão dos seus sinais identificadores. 6 – Passando-se à análise da autoria criminosa, tem-se que, malgrado os Apelantes tenham, em juízo (mídia de fl. 32), negado o conhecimento acerca da apreensão de entorpecentes e armas, cuja propriedade lhes foi imputada, ratificando a negativa apresentada perante a Autoridade Policial (fls. 12/15), foram presos em flagrante delito, enquanto portavam as substâncias estupefacientes ilícitas e os artefatos bélicos descritos no Auto Exibição e Apreensão (fl. 11), tendo sido a versão Ministerial confirmada, sob o crivo do contraditório, pelos depoimentos das testemunhas de acusação, três policiais que participaram da incursão, efetivando a custódia dos inculpadados (mídia, fl. 32). 7 – De acordo com os agentes estatais, e, a ação policial foi deflagrada com o fito de inibir a onda de homicídios, decorrente da guerra entre facções que comercializam entorpecentes (Bonde do SAJ e BDM). Munidos da informação de que vários indivíduos estariam reunidos, portanto armas de fogo e traficando substâncias ilícitas, diversas unidades de polícia foram acionadas. Ao chegarem no local indicado, os milicianos foram recebidos com disparo de arma de fogo, ainda enquanto embarcados na viatura, iniciando-se o confronto, com posterior perseguição, uma vez que os indivíduos empreenderam fuga. Após intensa busca, lograram encontrar a residência em que os denunciados haviam se escondido, momento em que, em um dos cômodos da casa, realizaram a busca, coletando, no quarto, os objetos descritos no Auto de Exibição e Apreensão. 8 – Vale dizer que o testemunho de funcionários do estado não pode ser considerado inválido por sua simples qualidade pessoal, mas somente quando houver fundadas suspeitas de que tais declarações não confirmem a verdade extraída dos autos ou quando houver desrespeito ao contraditório e ampla defesa, o que não se vislumbra no caso dos autos, tanto mais porque suas declarações são dotadas de higidez, trazendo a segurança necessária à confirmação da tese acusatória. 9 – Muito embora as testemunhas de defesa tenham corroborado, parcialmente, a versão apresentada pelos denunciados, ao afirmarem que não são indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas, confirmaram a presença

dos inculpados no local dos fatos, o que se coaduna com a narrativa policial. De igual modo, não souberam esclarecer a apreensão de drogas e armas no local. Por outro lado, enquanto e apenas atestaram a boa conduta dos denunciados, já que não presenciaram o momento da prisão, e apresentaram versão frágil, sem tecer detalhes do ocorrido. Assim, há de se dar maior credibilidade aos testemunhos dos agentes do Estado, diante da harmonia entre suas declarações, bem como da ausência de indicativos de imputação gratuita. 10 – No que pertine ao comércio efetivo das referidas substâncias, como é sabido, o crime descrito no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 é plurissubsistente, havendo enquadramento típico pela prática de quaisquer dos verbos apresentados na norma, inclusive da efetivamente praticada pelos Apelantes – portar substâncias entorpecentes com finalidade de venda. Ademais, como visto, a quantidade e a forma de apresentação das substâncias coletadas na diligência policial – 18 (dezoito) pinos de cocaína – prontas para comercialização, aliadas às circunstâncias da prisão, especialmente diante do fato de que, além das substâncias estupefacientes, foi apreendida arma de fogo, com numeração suprimida, e expressiva quantidade de munições, utilizadas para confrontar a guarnição policial, denotam que os estupefacientes não poderiam ser dirigidos ao uso pessoal. 11 – Nada obstante, a prova acostada ao caderno processual não é capaz de culminar na configuração isolada dos arts. 16, parágrafo único, IV, e 14, ambos da Lei 10826/2003, notadamente porque não foi possível precisar com qual dos indivíduos se encontravam os armamentos. De outro vértice, a situação trazida à baila denota que a arma apreendida era utilizada ostensivamente, como forma de garantir a prática criminosa, havendo, inclusive, disparo contra a guarnição policial, de modo que há de se concluir que, no caso dos autos, não houve crime autônomo, passando a mencionada circunstância à condição de causa de aumento da pena, nos termos do art. 40, inc. IV, da Lei nº 11.343/2006. Assim, conclui-se que os elementos probatórios são suficientes e aptos para comprovarem a autoria e a materialidade do crime previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, inc. IV, ambos da Lei 11.343/2006, motivo pelo qual é imperativo que seja retificada a condenação dos Recorrentes, no particular. 12 – Sob outro vértice, quanto à dosimetria da reprimenda, tem-se que o Juízo processante fixou a pena basilar em 05 (cinco) anos de reclusão, mínimo legal, razão pela qual não há que se falar em sucumbência. Em sequência, não foram reconhecidas circunstâncias agravantes ou atenuantes, permanecendo a pena provisória no mínimo legal. Por fim, houve reconhecimento pelo Juízo processante da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, reduzindo-se a pena, acertadamente, em metade ($\frac{1}{2}$), diante das circunstâncias fáticas que envolveram a prisão flagrancial, notadamente por força da pluralidade de agentes, que efetuaram disparo de arma de fogo contra os agentes estatais, que se encontravam em vis pública movimentada, evidenciando a maior gravidade da conduta. Enfatize-se, ainda, que, muito embora a quantidade de entorpecente apreendida não seja volumosa, a substância psicoativa nele contida – benzoilmetilecgonina – demonstra a maior potencialidade do tráfico empreendido. 13 – Em conclusão, elevando-se a reprimenda em 1/6, por força da causa de aumento prevista no art. 40, inc. IV, da Lei 11.343/2006, fixa-se, definitivamente, a pena, para cada um dos denunciados, em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, além do pagamento de valor equivalente a 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa. Ressalte-se que eventual detração deve ser operada no Juízo das Execuções. Considerando o quantum

de pena estabelecido, o regime de cumprimento, bem como o período de prisão cautelar cumprida pelos inculpadados, imperiosa a revogação de suas custódias instrumentais. 14 – Parecer Ministerial pelo conhecimento e improvimento do recurso. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0501087-18.2017.8.05.0229, oriunda da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio de Jesus/Ba, sendo Apelantes , , e e Apelado o Ministério Público. ACORDAM os Desembargadores componentes da 2ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, à unanimidade, em conhecer dos apelos, com rejeição da preliminar suscitada, e, no mérito, pelo provimento, em parte, dos recursos interpostos, de modo a retificar a capitulação disposta na sentença, para reconhecer a prática do crime disposto no art. 33, caput, c/c art. 40, inc. IV, ambos da Lei 11.343/2006, fixando-se, definitivamente, a pena, para cada um dos denunciados, em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, além do pagamento de valor equivalente a 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa, concedendo-lhes o direito de aguardar o trânsito em julgado em liberdade, nos termos do voto. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e provido em parte à unanimidade. Salvador, 15 de Março de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0501087-18.2017.8.05.0229 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: e outros (3) Advogado (s): , APELADO: Ministério Público do Estado da Bahia e outros Advogado (s): RELATÓRIO Ao relatório disposto na sentença de fls. 263/268, acrescento que o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Antônio de Jesus/Ba julgou procedente a pretensão acusatória e condenou os denunciados , , e nas penas do art. 33 da Lei 11.343/2006, além dos arts. 16, parágrafo único, IV, e 14, ambos da Lei 10826/2003, estabelecendo a reprimenda definitiva, para cada um deles, em 09 (nove) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, além do pagamento de valor equivalente a 290 dias-multa, negando-lhes o direito de recorrer em liberdade. Inconformado, interpôs o recurso de apelação cujas razões foram juntadas às fls. 290/302. Pleiteia a absolvição, considerando que inexiste prova nos autos que seja capaz de sustentar a condenação. Subsidiariamente, requer o direito de recorrer em liberdade. Também insatisfeito, interpôs o seu apelo às fls. 303/317, buscando a absolvição, alegando a inexistência de prova dos crimes pelos quais foi condenado. Subsidiariamente, requer a redução das penas privativa de liberdade e pecuniária ao mínimo legal, além da concessão do direito de recorrer em liberdade e detração do tempo que permaneceu custodiado provisoriamente. Por sua vez, e trouxeram seus apelos às fls. 456/469. Preliminarmente, alegam a nulidade da Sentença, considerando que as penas não foram individualizadas. No mérito, pleiteiam a absolvição, alegando que as provas produzidas não são suficientes para lastrear a condenação. Subsidiariamente, postulam a aplicação do princípio da consunção em relação aos delitos dos artigos 14, caput, e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10826/2003 ou, ainda, que a pena base do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03 seja aplicada no mínimo legal, em razão de ausência de elementos para valorar negativamente as circunstâncias judiciais do crime. Por fim, pugnam pela revogação da prisão preventiva, para que possam aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença. Em suas contrarrazões (fls. 334/350; 351/367 e 475/482), o Ministério

Público do Estado da Bahia pleiteia a rejeição das preliminares, no mérito, o desprovemento dos recursos interpostos, entendimento que foi igualmente adotado pela Douta Procuradoria de Justiça, em Parecer de ID 20608031. Após o exame destes autos, elaborei o presente relatório e o submeti à apreciação do eminente Des. Revisor, que pediu a inclusão do feito em pauta de julgamento. É o relatório. Salvador, 07 de março de 2022. Dr. Juiz Substituto de Segundo Grau Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n. 0501087-18.2017.8.05.0229 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma APELANTE: e outros (3) Advogado (s): , APELADO: Ministério Público do Estado da Bahia e outros Advogado (s): VOTO Trata-se de recurso tempestivo, em que foram atendidos os requisitos de admissibilidade, razão pela qual passo à análise da questão preliminar suscitada. PRELIMINARMENTE Inicialmente, sustentam os Apelantes e haver nulidade processual, decorrente da ausência de fundamentação da sentença quanto à dosimetria da reprimenda, notadamente porque as sanções foram fixadas para todos os condenados no mesmo patamar. A prefacial não se sustenta. Isso porque, perlustrando-se os autos, verifica-se claramente que o comando sentencial se mostra bem motivado, esclarecendo o Juiz sentenciante os fundamentos do decisum, não se podendo vislumbrar qualquer macula no comando judicial neste aspecto. O que se observa, em verdade, é que os Apelantes se insurgem quanto aos referidos fundamentos, declarando-os inidôneos para a majoração da pena na forma determinada. Ademais, segundo entendimento do STF, o juiz, ao fixar a duração da pena, não está obrigado a analisar, exaustivamente, cada uma das circunstâncias judiciais, bastando se fixar nas reputadas decisivas para a dosagem. EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. 1. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME, EM CONCRETO, DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. 2. INADEQUAÇÃO DO HABEAS PARA EXAME DA DESPROPORCIONALIDADE DA PENA DE MULTA NÃO CONVERSÍVEL EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. 3. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO § 4º DO ART. 33 E DO NOVO PATAMAR MÍNIMO DA CAUSA DE AUMENTO DO ART. 40, INC. I, AMBOS DA LEI N. 11.343/2006. 4. CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006: IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA EM HABEAS CORPUS. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. Não há nulidade na decisão que majora a pena-base considerando fundamentação idônea para ter como negativa as circunstâncias judiciais. É inexigível a fundamentação exaustiva das circunstâncias judiciais consideradas; a sentença deve ser lida em seu todo. Precedentes. 2. Não se presta o habeas corpus para ponderar, em concreto, a suficiência das circunstâncias judiciais invocadas pelas instâncias antecedentes para a majoração da pena. Precedentes. 3. Não sendo o caso de pena de multa passível de conversão em pena privativa de liberdade, é inviável o uso do habeas corpus para se insurgir quanto à suposta desproporcionalidade dessa sanção pecuniária. 4. Embora os fatos narrados na denúncia sejam anteriores à vigência da Lei n. 11.343/2006, é possível a aplicação retroativa da causa de diminuição do § 4º do art. 33 e do novo patamar mínimo da causa de aumento previsto no art. 40, inc. I, ambos dessa lei. Precedente. 5. Inaplicabilidade da causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Paciente que, nos termos do que assentado nas instâncias antecedentes, dedica-se à atividade criminosa. Afastar essa premissa demandaria o reexame dos fatos e das provas dos autos, ao que não se presta o habeas corpus. 6. Ordem concedida em parte para determinar ao juízo da 9ª Vara Federal Criminal da Seção

Judiciária de São Paulo que refaça a dosimetria da pena do Paciente apenas para considerar o novo patamar mínimo da causa de aumento previsto no art. 40, inc. I, da Lei n. 11.343/2006. (STF – HC 111645, Segunda Turma, Min. , J. 27.11.2012, P. 11.12.2012) Conforme se percebe da análise do comando sentencial, a pena basilar dos delitos de tráfico de drogas e porte de arma de fogo de uso permitido foram estabelecidas no mínimo legal, enquanto a elevação da sanção corporal atinente ao crime de porte de arma de fogo de uso restrito decorreu de circunstâncias de caráter não pessoal, vinculadas a todos os condenados, de modo que o vício efetivamente se verificaria, acaso o Juízo processante estabelecesse as penas de modo diverso para os inculpadados. Ainda que assim não o fosse, entendendo inviável a anulação da sentença condenatória em face de um suposto equívoco na dosimetria, considerando que a matéria contra a qual se insurge o Apelante pode e deve de ser apreciada quando do julgamento do recurso, permitindo, inclusive, a sua readequação, permanecendo válido o veredicto condenatório anterior. Pelo exposto, não acolho a preliminar. MÉRITO No mérito, pretendem todos os apelantes seja reconhecida a ausência de provas suficientes para a condenação, especialmente diante da ausência de elementos indicativos da autoria criminosa. No entanto, como visto, os elementos de convicção angariados na seara inquisitorial são idôneos, tanto mais porque obedecidos os comandos legais para a apreensão das substâncias estupefacientes e das armas de fogo, bem como para efetivação da custódia flagrancial dos inculpadados. Narra a exordial acusatória que, no dia 07.04.2017, na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA, os denunciados foram flagrados por policiais civis, no momento em que estavam reunidos, praticando a comercialização de drogas e em poder de armas de fogo e munições, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, oportunidade em que, após confronto iniciado pelos denunciados, com troca de tiros, foram presos em flagrante delito pela guarnição policial. Destarte, da análise do caderno processual, tem-se que a materialidade delitiva, referente ao delito de tráfico de entorpecentes está devidamente comprovada através do Auto de Exibição e Apreensão (fl. 11) e Laudos de Constatação (fl. 27) e Pericial Definitivo (fl. 112), que informam a natureza e quantidade da substância entorpecente ilícita apreendida – 18 (dezoito) pinos de cocaína, com massa bruta de 14,20g (quatorze gramas e vinte centigramas) – enquadrada dentre as de uso proscrito no Brasil – Lista F1 da Portaria 344/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde, ora em vigor. Por outro lado, também demonstrada a potencialidade lesiva dos artefatos bélicos coletados no momento do flagrante1 – Auto de Exibição e Apreensão (fl. 11) –, através do Laudo Pericial de fls. 208/209, indicativo da aptidão para produzirem disparos, bem como da supressão dos seus sinais identificadores. Passando-se à análise da autoria criminosa, tem-se que, malgrado os Apelantes tenham, em juízo (mídia de fl. 32), negado o conhecimento acerca da apreensão de entorpecentes e armas, cuja propriedade lhes foi imputada, ratificando a negativa apresentada perante a Autoridade Policial (fls. 12/15), foram presos em flagrante delito, enquanto portavam as substâncias estupefacientes ilícitas e os artefatos bélicos descritos no Auto Exibição e Apreensão (fl. 11), tendo sido a versão Ministerial confirmada, sob o crivo do contraditório, pelos depoimentos das testemunhas de acusação, três policiais que participaram da incursão, efetivando a custódia dos inculpadados (mídia, fl. 32). De acordo com os agentes estatais , e , a ação policial foi deflagrada com o fito de inibir a onda de homicídios, decorrente da guerra entre facções

que comercializam entorpecentes (Bonde do SAJ e BDM). Munidos da informação de que vários indivíduos estariam reunidos, portanto armas de fogo e traficando substâncias ilícitas, diversas unidades de polícia foram acionadas. Ao chegarem no local indicado, os milicianos foram recebidos com disparo de arma de fogo, ainda enquanto embarcados na viatura, iniciando-se o confronto, com posterior perseguição, uma vez que os indivíduos empreenderam fuga. Após intensa busca, lograram encontrar a residência em que os denunciados haviam se escondido, momento em que, em um dos cômodos da casa, realizaram a busca, coletando, no quarto, os objetos descritos no Auto de Exibição e Apreensão. Vale dizer que o testemunho de funcionários do estado não pode ser considerado inválido por sua simples qualidade pessoal, mas somente quando houver fundadas suspeitas de que tais declarações não confirmem a verdade extraída dos autos ou quando houver desrespeito ao contraditório e ampla defesa, o que não se vislumbra no caso dos autos, tanto mais porque suas declarações são dotadas de higidez, trazendo a segurança necessária à confirmação da tese acusatória. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DO REDUTOR PREVISTO NO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. 1 – Desconstituir o julgamento da Corte a quo, que condenou as agravantes pelo crime de tráfico de drogas, ou aplicar o redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, demandaria a incursão na seara fático/probatória, situação inviável ante o óbice contido na Súmula n. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CONSIDERADO NOTÓRIO. COTEJO ANALÍTICO. IMPRESCINDIBILIDADE. PROVA TESTEMUNHAL. POLICIAIS. VALIDADE. 2 – O alegado dissenso pretoriano deve ser demonstrado conforme preconizado nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, mesmo em se tratando de dissídio considerado notório. 3 – É entendimento já há muito pacificado neste Sodalício, de que são válidos os testemunhos de policiais, mormente quando não dissociados de outros elementos contidos nos autos aptos a ensejar a condenação. 4 – Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 482641/RJ, Rel. Min. , 5ª Turma, J. 02.10.2014, DJe 08.10.2014) Muito embora as testemunhas de defesa tenham corroborado, parcialmente, a versão apresentada pelos denunciados, ao afirmarem que não são indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas, confirmaram a presença dos inculpadados no local dos fatos, o que se coaduna com a narrativa policial. De igual modo, não souberam esclarecer a apreensão de drogas e armas no local. Por outro lado, enquanto e apenas atestaram a boa conduta dos denunciados, já que não presenciaram o momento da prisão, e apresentaram versão frágil, sem tecer detalhes do ocorrido. Assim, há de se dar maior credibilidade aos testemunhos dos agentes do Estado, diante da harmonia entre suas declarações, bem como da ausência de indicativos de imputação gratuita. No que pertine ao comércio efetivo das referidas substâncias, como é sabido, o crime descrito no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006 é plurissubsistente, havendo enquadramento típico pela prática de quaisquer dos verbos apresentados na norma, inclusive da efetivamente praticada pelos Apelantes – portar substâncias entorpecentes com finalidade de venda. Ademais, como visto, a quantidade e a forma de apresentação das substâncias coletadas na diligência policial – 18 (dezoito) pinos de cocaína – prontas para comercialização, aliadas às circunstâncias da prisão, especialmente diante do fato de que, além das substâncias estupefacientes, foi apreendida arma de fogo, com numeração suprimida, e

expressiva quantidade de munições, utilizadas para confrontar a guarnição policial, denotam que os estupefacientes não poderiam ser dirigidos ao uso pessoal. Desta forma, o enquadramento típico referente ao crime de tráfico de entorpecentes se encontra em consonância com o conjunto probatório, sendo impossível o acolhimento da tese absolutória, não merecendo reparos a sentença quanto neste aspecto. Nada obstante, a prova acostada ao caderno processual não é capaz de culminar na configuração isolada dos arts. 16, parágrafo único, IV, e 14, ambos da Lei 10826/2003, notadamente porque não foi possível precisar com qual dos indivíduos se encontravam os armamentos. De outro vértice, a situação trazida à baila denota que a arma apreendida era utilizada ostensivamente, como forma de garantir a prática criminosa, havendo, inclusive, disparo contra a guarnição policial, de modo que há de se concluir que, no caso dos autos, não houve crime autônomo, passando a mencionada circunstância à condição de causa de aumento da pena, nos termos do art. 40, inc. IV, da Lei nº 11.343/2006. Neste mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ARMA APREENDIDA NO CONTEXTO DO TRÁFICO. ABSORÇÃO. CRIME MEIO. INCIDÊNCIA DO ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06. NEGATIVA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. PROCESSOS EM ANDAMENTO. ILEGALIDADE. 1. "É firme o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a absorção do crime de porte ou posse ilegal de arma pelo delito de tráfico de drogas, em detrimento do concurso material, deve ocorrer quando o uso da arma está ligado diretamente ao comércio ilícito de entorpecentes, ou seja, para assegurar o sucesso da mercancia ilícita. Nesse caso, trata-se de crime meio para se atingir o crime fim que é o tráfico de drogas, exige-se o nexó finalístico entre as condutas de portar ou possuir arma de fogo e aquelas relativas ao tráfico (HC n. 181.400/RJ, Rel. Ministro , Quinta Turma, julgado em 17/4/2012, DJe 29/6/2012). 2. Se a abordagem do réu, a quem era atribuída a distribuição de drogas em conhecido ponto de tráfico, se deu "utilizando, para tanto, um veículo Fiat Linea Prata", onde foi encontrado, "sobre o banco do motorista, um revólver cromado, municiado com 05 cartuchos, além de parte das drogas descritas no auto de apreensão, que estavam em um dos bolsos do casaco do réu", enquadra-se tal conduta na norma contida no art. 40, IV, da Lei 11.434/06, segundo a qual, a pena relativa ao delito do art. 33 é aumentada de 1/6 a 2/3 se a infração tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva, e não como delito autônomo. 3. A existência de ações penais em curso e de registros de atos infracionais, por si só, não constituem fundamento idôneo para afastar a causa de diminuição do tráfico, prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06. 4. Considerando-se o quantum de pena aplicado e a não relevante quantidade de entorpecentes (43,4 gramas de cocaína), fixa-se o regime inicial aberto, devendo a pena privativa de liberdade ser substituída por penas restritivas de direitos, nos termos dos arts. 33 e 44 do Código Penal. 5. Agravo Regimental provido. Paciente incurso no art. 33, caput e § 4º, c/c o art. 40, VI, da Lei 11.343/06. Condenação (re) fixada em 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e 250 dias-multa. Substituição da pena de reclusão por penas restritivas de direitos, a ser fixadas pelo Juízo da Execução. (STJ – AgRg no HC 591478/RS, 6ª Turma, Rel. Min. (Des. Convocado TRF 1ª Região), J. 26.10.2021, DJe 28.10.2021) AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 69 DO CP; 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI N. 10.826/2003; E 40, IV, DA LEI N. 11.343/2006. PLEITO DE EXCLUSÃO DA CONSUNÇÃO. MESMO CONTEXTO FÁTICO

DESCRITO NA DENÚNCIA E RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MANUTENÇÃO DO JULGADO QUE SE IMPÕE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 1. Colhe-se do combatido aresto que a arma e as munições foram encontradas em poder do réu nas mesmas circunstâncias de tempo e local que trazia consigo a droga destinada ao comércio ilícito. [...] Assim, demonstrado o vínculo, para fins de tráfico, entre o porte de arma e a posse de drogas, conduta que deixa de configurar crime autônomo e passa à condição de causa de aumento da pena, nos termos da Lei n. 11.343/2006. 2. Conforme disposto na decisão ora agravada, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a absorção do crime de porte ou posse ilegal de arma pelo delito de tráfico de drogas, em detrimento do concurso material, deve ocorrer quando o uso da arma está ligado diretamente ao comércio ilícito de entorpecentes, ou seja, para assegurar o sucesso da mercancia ilícita. Nesse caso, trata-se de crime meio para se atingir o crime fim que é o tráfico de drogas, exige-se o nexu finalístico entre as condutas de portar ou possuir arma de fogo e aquelas relativas ao tráfico (HC n. 181.400/RJ, Quinta Turma, Ministro , DJe 29/6/2012). 3. Tendo o Tribunal a quo reconhecido que, nas mesmas condições de tempo e lugar, foram encontradas em poder do agravado drogas ilícitas, além das armas e de munições, verifica-se a demonstração de que o porte de armas de fogo e de munições se caracterizava como crime-meio para atingir o crime-fim – tráfico de drogas –, sendo imperiosa a manutenção do afastamento do concurso material entre os delitos e o reconhecimento da incidência da causa de aumento de pena prevista no inciso IV do art. 40 da Lei n. 11.343/2006. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1838397/RS, 6ª Turma, Rel. Min. , J. 05.03.2020, DJe 16.03.2020) Assim, conclui-se que os elementos probatórios são suficientes e aptos para comprovarem a autoria e a materialidade do crime previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, inc. IV, ambos da Lei 11.343/2006, motivo pelo qual é imperativo que seja retificada a condenação dos Recorrentes, no particular. Sob outro vértice, quanto à dosimetria da reprimenda, tem-se que o Juízo processante fixou a pena basilar em 05 (cinco) anos de reclusão, mínimo legal, razão pela qual não há que se falar em sucumbência. Em sequência, não foram reconhecidas circunstâncias agravantes ou atenuantes, permanecendo a pena provisória no mínimo legal. Por fim, houve reconhecimento pelo Juízo processante da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, reduzindo-se a pena, acertadamente, em metade ($\frac{1}{2}$), diante das circunstâncias fáticas que envolveram a prisão flagrancial, notadamente por força da pluralidade de agentes, que efetuaram disparo de arma de fogo contra os agentes estatais, que se encontravam em vis pública movimentada, evidenciando a maior gravidade da conduta. Enfatize-se, ainda, que, muito embora a quantidade de entorpecente apreendida não seja volumosa, a substância psicoativa nele contida – benzoilmetilecgonina – demonstra a maior potencialidade do tráfico empreendido. Em conclusão, elevando-se a reprimenda em 1/6, por força da causa de aumento prevista no art. 40, inc. IV, da Lei 11.343/2006, fixa-se, definitivamente, a pena, para cada um dos denunciados, em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, além do pagamento de valor equivalente a 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa. Ressalte-se que eventual detração deve ser operada no Juízo das Execuções. Considerando o quantum de pena estabelecido, o regime de cumprimento, bem como o período de prisão cautelar cumprida pelos inculpadados, imperiosa a revogação de suas custódias instrumentais. CONCLUSÃO Diante do exposto, em consonância parcial com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, voto pelo

conhecimento dos apelos, com rejeição da preliminar suscitada, e, no mérito, pelo provimento, em parte, dos recursos interpostos, de modo a retificar a capitulação disposta na sentença, para reconhecer a prática do crime disposto no art. 33, caput, c/c art. 40, inc. IV, ambos da Lei 11.343/2006, fixando-se, definitivamente, a pena, para cada um dos denunciados, em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto, além do pagamento de valor equivalente a 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa, concedo-lhes o direito de aguardar o trânsito em julgado em liberdade. É como voto. Salvador, Sala das Sessões, ____/____/____. _____Presidente

____Relator Dr. Juiz Substituto de Segundo Grau

____Proc. de Justiça